Segunda-Feira, 21 de Julho de 2025

Bento Albuquerque é o mais novo alvo militar de inquérito do caso das joias

JOIAS DA ARÁBIA

Folhapress

O ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque ingressou na lista de militares na mira de investigações por causa de fatos relacionados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Albuquerque é almirante de esquadra na Marinha e foi um dos militares nomeados por Bolsonaro logo no início do governo. Ele assumiu o Ministério de Minas e Energia em janeiro de 2019 e permaneceu no cargo até maio de 2022.

Em outubro de 2021, após ser indicado pelo próprio Bolsonaro para representá-lo em uma viagem à Arábia Saudita, o então ministro e dois assessores retornaram com as joias que acabaram apreendidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos.

O grupo do ministro ainda trouxe um segundo estojo com joias. Como mostrou a Folha, esse pacote com relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard, passou pelo Fisco sem ser declarado e foi entregue ao acervo pessoal de Bolsonaro em novembro de 2022, depois de ficar um ano guardado por Albuquerque no ministério.

As várias perguntas sem respostas sobre a origem dos presentes, as tentativas de reaver os bens apreendidos e os motivos da tentativa de burlar o Fisco no retorno ao país colocaram Albuquerque na mira do inquérito aberto pela Polícia Federal.

A existência do segundo estojo de joias não declarado, por sua vez, o levou a ser um dos alvos de uma apuração na Receita.

O ex-ministro foi intimado a depor no inquérito sobre as joias e falar aos investigadores na próxima terça (14). O assessor Marcos André Soeiro, outro militar agora na mira da Justiça, também foi chamado. Era ele quem portava as joias apreendidas e estimadas em R$ 16,5 milhões.

Ao pedir a apuração, o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), afirmou em ofício ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, que a tentativa de entrada com as joias pode "configurar crimes contra a administração pública tipificados no Código Penal".

Albuquerque, entre outras coisas, deverá ser questionado sobre qual a participação e o nível de conhecimento de Bolsonaro nos fatos ocorridos após o retorno da comitiva da Arábia Saudita.

No sábado (4), o ex-ministro disse à Folha que passou pela alfândega portando apenas artigos pessoais e que o estojo contendo relógio, caneta, abotoaduras e rosário ingressou no país pelas mãos de um dos assessores que o acompanhavam.

"Eu já tinha passado pela imigração e pela alfândega [em Guarulhos] quando fui chamado de volta porque abriram a mala do Soeiro e descobriram as joias", disse o ex-ministro. "Não sabíamos do conteúdo. Achávamos que eram presentes convencionais, não joias."

Em nota, no mesmo dia, a assessoria do ministro afirmou que a pasta adotou medidas para encaminhar o acervo "ao seu adequado destino legal".

Como mostrou a Folha, Bolsonaro falou por telefone com o então secretário da Receita Julio Cesar Vieira Gomes antes da última investida para reaver as joias, nos últimos dias de governo.

Essa última tentativa, em dezembro de 2022, com direito a registro em ofícios, e-mails e vídeos do circuito interno de TV, tem como figura central o coronel Mauro Cid, outro militar próximo de Bolsonaro com investigações contra si.

Cid, por sua passagem como chefe da Ajudância de Ordens da Presidência, é investigado em várias frentes sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

A PF chegou a indiciá-lo pela participação no vazamento do inquérito sigiloso sobre o ataque hacker aos sistemas do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Nessa apuração, ele teve o sigilo telemático quebrado e os investigadores encontraram armazenados em sua nuvem dados do histórico de conversas antes e durante a passagem pela Presidência.

No material, a PF achou indícios de transações suspeitas, e Moraes acatou pedido para quebrar o sigilo bancário de Cid e de outros servidores.

O ajudante de ordens também participou da organização da live em 29 de julho de 2021 em que Bolsonaro atacou sem provas a segurança das urnas eletrônicas e foi alvo da apuração aberta pela PF.

Todos esses casos estão reunidos, atualmente, no inquérito das milícias digitais.

A participação com Bolsonaro em fatos investigados nesse caso também colocou outros militares no inquérito.

O general Luiz Eduardo Ramos, chefe de três ministérios no governo Bolsonaro, chegou a ser ouvido pela PF após ter sido apontado por um dos participantes da live contra as urnas como a pessoa a buscar desde o início do governo informações para atacar o sistema eleitoral.

A empreitada bolsonarista para fragilizar a lisura eleitoral, indica a apuração da PF, também teve apoio da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), chefiada pelo delegado Alexandre Ramagem e sob tutela do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), comandado pelo general Augusto Heleno.

Após decisão de Moraes, militares também passaram a entrar no foco das apurações sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro realizados por bolsonaristas.

Nesse caso, o depoimento do ex-comandante do setor de operações da PM do Distrito Federal aponta integrantes da cúpula do Exército como responsáveis por impedir a desocupação do acampamento golpista em frente ao quartel-general em Brasília.

O então comandante do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e o chefe do Comando Militar do Planalto, Gustavo Henrique Dutra, são mencionados pelo PM.

Dutra, por sua vez, como chefe do Comando do Planalto, também era responsável pelo BGP (Batalhão da Guarda Presidencial).

Outro depoimento, agora de um servidor da PF que trabalhava na Presidência e esteve no Palácio do Planalto durante os ataques, indica a inação da tropa e falta de comando durante a invasão.

Segundo o policial, integrantes do BGP chegaram a organizar um corredor para liberar os golpistas quando o Batalhão de Choque da PM já atuava para acabar com as depredações e prender os envolvidos.